

CAUTELARES PATRIMONIAIS NO **PROCESSO PENAL**

Gilberto
Azevedo
de Moraes
Costa

PROPOSTA
PARA UMA
NOVA
SISTEMÁTICA

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Michelle Kwan e Rebeca Crespo Rangel

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Gilberto Azevedo de Moraes
Cautelares patrimoniais no processo penal : proposta para uma nova sistemática / Gilberto Azevedo de Moraes Costa. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-1921-4

1. Medidas cautelares - Brasil 2. Processo penal - Brasil I. Título.

23-175218

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo penal : Direito penal 343.1(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-B/9427

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CAUTELARES	15
1.1. A ideia de identificar a tutela cautelar e separá-la das funções de conhecimento e execução	16
1.1.1. As características decorrentes da concepção tradicional da tutela cautelar	19
1.1.1.1. Provisoriedade	19
1.1.1.2. Acessoriedade	21
1.1.1.3. Instrumentalidade	22
1.1.2. Condições da cautelar	23
1.1.2.1. O <i>periculum in mora</i> e o <i>fumus boni iuris</i>	23
1.1.3. As espécies de medidas cautelares	24
1.1.3.1. Produção antecipada de provas	25
1.1.3.2. Assecutarórias da execução	29
1.1.3.3. Antecipatórias	34
1.1.3.4. Cauções	41
1.2. O descompasso entre a classificação e as características das cautelares	43
2. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À TEORIA DA TUTELA CAUTELAR	47
2.1. Direito à tutela cautelar	47
2.1.1. Direito processual de cautela	48
2.1.2. Direito substancial de cautela	51
2.1.2.1. A indevida associação da teoria concreta da ação com o direito substancial de cautela	51

8 CAUTELARES PATRIMONIAIS NO PROCESSO PENAL

2.1.2.2. A diferença de objetos entre ação principal e ação cautelar	53
2.1.2.3. A instrumentalidade como característica não essencial da ação cautelar	55
2.1.2.4. A ausência do poder de polícia na tutela cautelar ...	57
2.1.2.5. A ação como meio para proteção do direito subjetivo da parte	59
2.1.2.6. O direito substancial de cautela nos Códigos de Processo	61
3. AS MEDIDAS PREVISTAS COMO CAUTELARES REAIS NO CPP	65
3.1. A previsão de medidas específicas	65
3.1.1. Sequestro	66
3.1.2. Hipoteca legal	70
3.1.3. Arresto	75
3.2. Cautelar inominada.....	79
3.3. Aspectos gerais da lide	85
3.3.1. A lide no processo penal.....	90
3.3.1.1. A lide e as cautelares reais.....	95
3.3.2. O direito material como coordenador da sistemática processual	97
4. AS FUNÇÕES DISTINTAS DAS CAUTELARES REAIS PREVISTAS NO CPP	103
4.1. As medidas que visam assegurar o perdimento.....	105
4.2. As medidas que visam assegurar o pagamento das despesas processuais.....	106
4.3. As medidas que visam assegurar o pagamento da pena pecuniária	107
4.4. As medidas que visam assegurar o pagamento da indenização devida ao lesado	108

5. PECULIARIDADES DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS PREVISTAS NO CPP.....	111
5.1. Eficácia extensiva.....	112
5.1.1. Sequestro	112
5.1.2. Hipoteca legal	115
5.1.3. Arresto	116
5.2. Requisitos para a concessão da medida cautelar	118
5.2.1. <i>Fumus boni iuris</i>	118
5.2.1.1. Sequestro.....	120
5.2.1.2. Hipoteca legal.....	121
5.2.1.3. Arresto	124
5.2.1.4. Cautelar inominada.....	125
5.2.2. <i>Periculum in mora</i>.....	127
5.2.2.1. Sequestro.....	127
5.2.2.2. Hipoteca legal.....	132
5.2.2.3. Arresto	135
5.2.2.4. Cautelar inominada.....	138
5.3. Sequestro de bens de origem não esclarecidamente criminosa	139
5.4. Ação cautelar real	142
5.4.1. Condições da ação	145
5.4.1.1. Condições da ação cautelar	149
5.4.2. Legitimidade ativa.....	153
5.4.2.1. Sequestro.....	154
5.4.2.2. Hipoteca legal.....	159
5.4.2.3. Arresto	163
5.4.3. Legitimidade passiva.....	166
5.4.3.1. Sequestro.....	166
5.4.3.2. Hipoteca legal.....	172
5.4.3.3. Arresto	174

6.	OPERACIONALIZAÇÃO DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	177
6.1.	Sequestro.....	177
6.1.1.	Providências e consequências que se sucedem após o deferimento	179
6.1.1.1.	Venda antecipada de bem constrito	181
6.1.2.	Levantamento do sequestro	183
6.1.2.1.	Não propositura da ação penal no prazo legal	184
6.1.2.2.	Prestação de caução pelo terceiro	187
6.1.2.3.	Extinção da punibilidade ou absolvição	189
6.2.	Hipoteca legal.....	194
6.2.1.	Bens sujeitos à hipoteca e questões sobre copropriedade....	200
6.2.2.	Levantamento do registro da hipoteca	203
6.2.2.1.	Caução	203
6.2.2.2.	Absolvição e extinção da punibilidade	205
6.3.	Arresto	207
6.3.1.	Arresto prévio	207
6.3.1.1.	Peculiaridades do arresto prévio.....	209
6.3.1.2.	Levantamento do arresto prévio	211
6.3.1.2.1.	Caução.....	211
6.3.1.2.2.	Arquivamento, absolvição e extinção da punibilidade	212
6.3.2.	Arresto subsidiário.....	213
6.3.2.1.	Bens suscetíveis de arresto subsidiário	217
6.3.2.2.	Venda antecipada de bens móveis arrestados.....	220
6.3.2.3.	Manutenção do imputado e de sua família com renda dos bens arrestados.....	222
6.3.3.	Levantamento do arresto.....	223
7.	MEIOS DE DEFESA	225
7.1.	Sequestro.....	225

7.1.1. Embargos do imputado	233
7.1.1.1. Segue.....	236
7.1.2. Embargos de terceiro.....	238
7.1.2.1. Terceiro alheio ao fato.....	238
7.1.2.2. Terceiro adquirente	241
7.2. Hipoteca.....	246
7.3. Arresto	249
8. A CAUTELAR INOMINADA DO CÓDIGO PENAL	251
8.1. O perdimento do desconhecido	255
9. A NECESSIDADE DE REFORMA DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL	257
9.1. A previsão de medida cautelar inominada	258
9.1.1. O modelo atual e a indevida sobreposição do direito processual	260
9.1.2. O Projeto de novo CPP	263
9.1.2.1. A ausência de reconhecimento expresso na natureza civil dos provimentos assecuratórios ...	263
9.1.2.2. As medidas em espécie	264
9.1.2.2.1. Indisponibilidade	265
9.1.2.2.2. Sequestro	267
9.1.2.2.3. Hipoteca legal	269
9.1.2.2.4. Arresto	271
9.2. Necessidade de coordenação do CPP com o CPC.....	272
9.2.1. Critérios para a previsão de cautelar inominada.....	275
9.2.1.1. Condições indispensáveis	277
9.2.1.1.1. Inérgia do juiz.....	277
9.2.1.1.2. Estrutura procedural	280
9.2.1.1.3. Mitigação da atipicidade	282

12 | CAUTELARES PATRIMONIAIS NO PROCESSO PENAL

9.3. Proporcionalidade e referibilidade	284
9.4. Proposta de mudança	287
CONCLUSÃO	291
REFERÊNCIAS	299